GeoÁfrica
geoafrica@igeo.ufrj.br

Anais do IIIº Seminário GeoÁfrica – 2025

PRÁTICAS RELIGIOSAS DA MINA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA

RELIGIOUS PRACTICES OF THE MINA AND CONTRIBUTIONS TO THE TEACHING OF AFRICAN GEOGRAPHY

PRÁCTICAS RELIGIOSAS DE LA MINA Y LAS CONTRIBUCIONES PARA LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA DE ÁFRICA

HIGOR RAFAEL SANTOS BORGES

Discente do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (PPGGEO/UFMA)
higor.rafael@discente.ufma.br

SÁVIO JOSÉ DIAS RODRIGUES

Docente do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (PPGGEO/UFMA)
savio.jose@ufma.br

RESUMO
Este artigo analisa as contribuições das práticas religiosas do Tambor de Mina para o ensino de Geografia da África, a partir de suas conexões históricas, simbólicas e territoriais com o continente africano. A pesquisa compreende o Tambor de Mina como herança viva da diáspora africana no Maranhão, destacando seu papel na preservação de saberes, linguagens, cosmologias, valores comunitários e formas próprias de compreender o mundo. A pesquisa busca problematizar os efeitos da educação eurocêntrica na marginalização dos conhecimentos africanos e discute a importância da Lei 10.639/2003 como marco na construção de uma educação comprometida com a valorização da história e da cultura afro-brasileira. Metodologicamente, fundamenta-se em uma revisão bibliográfica na geografia cultural como base analítica, na memória enquanto instrumento de resistência e identidade, conforme Ecléa Bosi, e em entrevistas semi estruturadas com lideranças religiosas. Os resultados evidenciam que as casas de Tambor de Mina constituem territórios simbólicos e produzem territorialidades afro-diaspóricas marcadas pelo pertencimento, pela resistência e pela construção de identidades negras. Defende-se que a incorporação dessas experiências no ensino de Geografia da África possibilita o rompimento com as abordagens eurocêntricas, aproximando o conteúdo escolar das realidades socioculturais brasileiras. Conclui-se que reconhecer o Tambor de Mina como patrimônio cultural e fonte de conhecimento geográfico contribui para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas, comprometidas com a justiça social e a diversidade.
Palavras-chave: Tambor de Mina. Geografia da África. Territorialidade. Educação antirracista. Cultura afro-brasileira.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema central analisar as contribuições das práticas religiosas do Tambor de Mina para o ensino de Geografia da África, a partir de suas conexões históricas, simbólicas e territoriais com o continente africano. O Tambor de Mina consiste no culto aos Voduns, entidades de origem africana, considerados reis, líderes e grandes detentores de saberes que, segundo a tradição, se encantaram e passaram a ser cultuados no antigo Reino do Daomé (atual Benin). A religião encontra-se profundamente enraizada na formação social e cultural do Maranhão, expressando-se como herança viva de um legado ancestral afrodiasporico, carregando uma experiência única para o ensino de Geografia, especialmente no que diz respeito à abordagem da África nos territórios brasileiros.

Historicamente, os saberes ancestrais africanos foram marginalizados e apagados em razão de uma visão eurocêntrica na produção do conhecimento, inclusive no campo da educação escolar. Nesse processo, foram construídos currículos que invisibilizam as contribuições africanas para a formação dos territórios brasileiros, reforçando estigmas e colaborando para a manutenção de uma sociedade marcada por práticas racistas e segregadoras. A partir disso, a promulgação da Lei 10.639/2003 representa um marco importante ao tornar obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, desafiando a escola a rever suas práticas pedagógicas e suas concepções de conhecimento.

Para a realização desta pesquisa, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica, buscando compreender o contexto histórico de formação da Religião de Mina, bem como suas relações sincréticas. Essa revisão também se apoia na geografia cultural como possibilidade de análise, considerando a espacialidade religiosa como tema fundamental da Geografia. Outro eixo central do trabalho é a memória, conforme proposto por Ecléa Bosi (1994), entendida não como simples lembrança, mas como instrumento de resistência, identidade e transmissão de saberes.

A história dos terreiros, os relatos dos mais velhos, as práticas orais e os gestos rituais constituem-se como fontes de conhecimento que atravessam o tempo. Por meio da escuta atenta e da valorização dessas narrativas, torna-se possível acessar dimensões profundas da experiência religiosa, que não se encontram apenas nos registros escritos, mas nas vozes, nos corpos e nas práticas do cotidiano. Por fim, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças religiosas que chefiam casas de Tambor de Mina.

Diante disso, a religião de Mina surge como um potente campo de reflexão para o ensino de Geografia da África, por preservar linguagens, cosmologias, valores comunitários e formas

próprias de compreender o mundo, materializadas nas territorialidades construídas pelas casas de Tambor de Mina no Maranhão. Assim, este trabalho parte da seguinte problemática: de que maneira as práticas religiosas da Mina podem contribuir para uma abordagem crítica no ensino de Geografia da África?

RELIGIÃO DE MINA, TERRITÓRIO E CONEXÕES TRANSTERRITORIAIS

A primeira casa de Tambor de Mina na cidade de São Luís foi fundada no século XIX, porém está mesmo com os problemas enfrentados ainda se encontra aberta e da mesma maneira que foi construída. Atualmente conduzida por Pai Euclides, o mesmo tem zelado pela casa há mais de 50 anos, o mesmo antes tinha um papel de importância nas noites de tambor com toque do seu atabaque. Esta discussão abre o precedente para ressaltar que até que ponto é considerado culto como um fator de resistência à mudança, ou pelo contrário como elemento de resistência cultural e preservação de identidade de um grupo.

A religião mexe com o imaginário de quem a frequenta para ver ou dançar o tambor, pois pobre pode ser rico, o fraco vira forte, alguns autores dizem até que pode ser considerado como uma terapia grupal, moderada e popular, ponderando os conflitos internos. Já Sopher (1967) da antropologia religiosa, algumas religiões populares são consideradas como crendices e superstições vulgares e atrasadas, ignorando que ali pode haver todo um conjunto de filosofias de vida atrelada, que se manifesta de forma diferente, ou melhor, o relativismo da antropologia cultural e religiosa (Ferreti, 1996).

> Tambor de Mina ou toque é um ritual de chamada de louvação a entidades sobrenaturais africanas (voduns e orixás) e "caboclos" de diferentes procedências, realizado na casa de Mina do Maranhão, principalmente nas datas em que a igreja católica celebra a festa dos santos a quem são associados e de quem se acredita serem devotos e adoradores. (Ferretti, 1985, p.45)

Ferretti (2000) diz que o Tambor de Mina em sua concepção e em sua essência é um culto as entidades espirituais africanas (voduns e orixás) que baixam na cabeça de seus filhos, nos toques (rituais públicos com tambor), realizados em sua homenagem nos dias de festa dos santos católicos nos quais são associados aos terreiros, nos revelando o sincretismo religioso ali presente dentro do culto. Atualmente foi nos evidenciados que o número de entidades não africanas é superior ao de entidades do Panteão Africano, que remete a forte ligação que a religião tem com outras religiões de matriz africana (Candomblé, Umbanda e Xangô da Bahia).

As primeiras casas de tambor de Mina surgem em meados do século XIX com duas Mãe

de Santo vindas do continente africano, Mãe Maria Jesuína vinda da região do Benin (atual Daomé) que fundou a casa das Minas Jeje, já a Casa de Nagô, foi fundada por uma angolana, vale ressaltar que as duas falavam em línguas africanas, que contribuiu para disseminação do culto pelo estado com seus toques cantados em Iorubá. A religião é sincretizada com elementos católicos, umbandistas, do terecô de Codó, Pajelança Indígena e do Candomblé trazidos por africanos ao Brasil. A cosmologia do culto é muito rica, pois em algumas casas se cultuam voduns do Daomé, Orixás de origem Iorubá e Encantados que são caboclos, boiadeiros que estão presentes na construção do Brasil.

Verger (1952) diz que em São Luís é o único lugar fora da África que são cultuadas divindades da família Real Abomey, afirmação aprovada por Costa Eduardo (1948) e Pollackeltz (1972):

Figura 1. Primeira formação da casa das Minas

Fonte: Autoria própria (2023).

Na imagem acima podemos ver como foi a primeira formação da casa das Minas, com sua primeira mãe de santo no centro. O Tambor de Mina consiste no culto aos Voduns, entidades africanas originárias do antigo Reino do Daomé (atual Benin). Segundo a tradição, esses Voduns foram reis, líderes e detentores de grandes saberes que, ainda em vida, se encantaram e passaram a ser cultuados pelos povos daquela região. Eles têm o papel de reger e proteger seus filhos e filhas de santo, oferecendo orientações e atuando como um elo entre o

mundo espiritual e o mundo material, sendo comparados a grandes deuses que habitam o universo.

Apesar de sua importância, pouco se fala sobre as entidades específicas que regem cada casa de toque de Mina, pois esses conhecimentos fazem parte de segredos espirituais guardados entre os Voduns e seus filhos de santo. Observa-se que os praticantes mais antigos do culto dialogavam com seus guias em Jeje, língua africana que contribui para a preservação da memória ancestral e para a manutenção dos cânticos tradicionais. Vale destacar que o Tambor de Mina não está presente apenas no Maranhão, pois, em razão do tráfico de povos escravizados no período colonial, o culto também se difundiu por outras regiões do Norte do Brasil, como o estado do Pará.

> A missão dos Voduns é ajudar pessoas necessitadas, as pessoas fazem o pedido as entidades, e elas respondem dizendo que vão ver se Evolodum (Deus da religião) vai conceder a benção, não se pode mandar neles e nem querem oferendas, os sacrifícios para eles são com animais, tem de haver derramamento de sangue do animal, para que não haja do homem (Ferretti, 1996).

A religião segundo estudos de Verger (1990) surge a partir da chegada de Mãe Maria Jesuína, uma africana vendida como escrava, que conseguiu fugir e montou sua casa de Tambor ao chegar na cidade de São Luís, o mesmo aponta que ela é a mesma Nã Agotimé, uma rainha do Daomé que foi traída pelo filho e trazida como escrava para o Brasil, porém pouco se fala sobre esta rainha, visto que as filhas de santo mais antigas da casa já faleceram e não contavam sobre a origem da Mãe Maria Jesuína, cuja seu nome africano nunca foi contado.

No conto de Nã Agotimé e repleto de tradições e misticismos, ela foi à segunda esposa do Rei Agonglo que reinava por toda Daomé, com o rei teve um filho, que se chamou de Guezo. Desde sua consulta ao oráculo e suas divindades o rei descobriu que seu primogênito a quem era de direito o reino iria levar aquele império ao declínio, visto que no futuro seria um reinado sanguinário. Com a morte de Angoglo, seu primeiro filho Adodonozo finalmente começou seu reinado com muita dor e derramamento de sangue, e um dos seus atos de ira vendeu sua madrasta Nã Agotimé como escrava, em razão de nunca a aceitar.

Passaram- se 16 anos do reinado de Adodonozo finalmente teve o seu fim, com a tomada do Rei Guezo do trono e assim começar a busca incansável pela sua mãe, encontrou ela quatro anos após sentar- se ao trono em 1818, mas no Maranhão já tinha feito seu reinado e se tornado a primeira rainha da Mina do estado. Segundo membros mais novos da casa, a mesma não quis voltar ao Daomé pois estava na Pajelança, trazendo rituais de cura a quem precisava. A religião

segue presente e muito difundida em todo Maranhão, mostrando que mesmo com os percalços e processos de racismo que as religiões de matriz africana têm sofrido no Brasil, irão resistir e permanecer na memória e identidade do povo.

GEOGRAFIA CULTURAL, SIMBOLISMO E A MINA COMO PRODUÇÃO DE ESPACIALIDADES AFRO-DIASPÓRICAS

Nas últimas décadas, as discussões sobre a geografia das religiões vêm assumindo novas perspectivas, especialmente a partir dos estudos da geografia cultural, que busca compreender as territorialidades religiosas a partir dos lugares sagrados, das cosmovisões e dos modos de vida que dão sentido às práticas espirituais. Autores como Rosendahl (1995; 2004) e Gil Filho (2012) têm se destacado nesse campo, contribuindo para o entendimento das múltiplas geografias religiosas. Esses autores abordam, por exemplo, o conceito de "hierofanias", que se refere a todo e qualquer ato de manifestação do sagrado. No catolicismo, a hierofania suprema é a imagem de Jesus Cristo.

No entanto, tais manifestações podem ocorrer em diversos aspectos do cotidiano, como o fogo, uma árvore ou até mesmo na imagem de animais. Dentro da Religião Toque de Mina, as hierofanias estão presentes na devoção ao vodum, que se manifesta sobre os seus filhos na incorporação, tornando as festas ali um espaço sagrado. Nessa perspectiva, o espaço sagrado não é apenas o palco dos rituais, mas o resultado de uma longa construção social e histórica. A religiosidade afro-brasileira, assim, não apenas ocupa o espaço, mas o ressignifica a partir de seus próprios códigos culturais e espirituais.

> As religiões afro-brasileiras não apenas se instalam em determinados territórios, mas os transformam em lugares simbólicos, reinterpretando o espaço urbano por meio de suas práticas, ritos e saberes, conferindo-lhes novos significados baseados em suas cosmologias próprias. (Rosendahl,1996, p. 58.)

Dentro do espaço sagrado, as culturas africanas não possuem apenas o aspecto físico, mas também o simbólico e o religioso, isso ocorre por meio das ações humanas e dos mitos, que constroem uma visão de mundo sagrado, composto pela natureza, pelos relacionamentos e pelas tradições. A partir dessa perspectiva, vai se moldando a forma como os espaços são vividos e ressignificados. Isso mostra como a religião tem um papel fundamental na conformação do espaço, pois, a partir das práticas litúrgicas e do universo de significados dos sujeitos que ocupam esses lugares, surgem novas espacialidades. Simone Rezende da Silva

(2014) nos elucida que o território é compreendido como uma construção social, simbólica e vivida, produzida pelas práticas religiosas, pelas relações de poder, pelos afetos e pelas memórias, configurando territorialidades afro-diaspóricas que articulam o sagrado, a identidade e a resistência.

Segundo bell hooks (1990; 1994), os espaços comunitários negros, incluindo os religiosos desempenham um papel que vai além da dimensão espiritual, constituindo-se como lugares de afeto, solidariedade, pertencimento e proteção frente às diversas formas de opressão. Nas Casas de Tambor de Mina, conforme relatos de seus membros, esses espaços são vistos como locais de acolhimento, especialmente porque muitos integrantes fazem parte da comunidade LGBTQIAP+, encontrando nesses terreiros o respeito à sua orientação sexual, o que se diferencia das práticas presentes em muitas religiões neopentecostais.

Para Arcanjo (2002), o território é compreendido como uma construção histórica, simbólica e identitária, produzida pelas práticas sociais e culturais dos sujeitos, configurando-se também como um espaço de disputa, pertencimento e resistência. Essa compreensão pode ser observada nas Casas de Tambor de Mina no Maranhão, que constantemente sofrem ataques e perseguições. Em um dos casos mais recentes, segundo o portal de notícias G1 Maranhão (2025), uma casa de religião de matriz africana na cidade de Tutóia foi invadida e teve imagens de orixás quebradas.

Outro caso ocorreu em 2022, o caso foi noticiado pelo Observatório da Segurança (2022) quando a casa Ilê Fanti Ashanti sofreu um ataque de intolerância religiosa e precisou interromper sua festividade, após um carro de som estacionar em frente ao barracão e proferir palavras que feriam a dignidade dos cultos ali praticados, classificando o terreiro, entre outras coisas, como um "lugar de Satanás". Esses episódios evidenciam como o território é atravessado por disputas e os espaços religiosos afro-maranhenses estão sujeitos a constantes represálias, revelando disputas territoriais marcadas pela intolerância religiosa.

A Geografia Cultural do estado do Maranhão é fortemente marcada pela presença do Tambor de Mina, que carrega uma profunda herança dos povos africanos trazidos ao Brasil durante o período escravocrata. Essa prática religiosa evidencia a relação entre espaço, cultura e identidade, mostrando como as tradições africanas foram ressignificadas nesse território.

As casas de Tambor de Mina não se configuram apenas como locais de realização de rituais, mas como espaços de memória coletiva, onde são cultuadas diversas entidades espirituais, expressando a relação simbólica entre o sagrado, o território e a história local.

> A territorialidade, por sua vez, diz respeito às práticas e estratégias acionadas por diversos sujeitos e grupos sociais para criar, manter ou transformar o espaço vivido. É relativa às relações de poder envolvidas na organização, no acesso, no uso e na maneira de dar significado ao espaço de vida (Sack, 1986; Haesbaert, 2007).

Após essa compreensão, a territorialidade pode ser entendida como algo que se constrói no cotidiano, por meio das práticas, dos usos e dos significados atribuídos ao espaço. No caso do Tambor de Mina, essas territorialidades se manifestam nas casas religiosas, que são organizadas a partir de regras próprias, hierarquias espirituais e relações de pertencimento, configurando formas específicas de viver e ocupar o espaço. As Casas de Mina não representam apenas um local físico de culto, mas um território simbólico, marcado por relações de poder, proteção e identidade. Nesses espaços, os sujeitos constroem vínculos comunitários, preservam saberes ancestrais e reafirmam suas identidades religiosas e culturais, muitas vezes em contraposição a contextos externos de intolerância religiosa e discriminação social.

Santos (2019) fala que o território não aparece como um espaço fixo ou apenas físico, mas como algo que se constrói no dia a dia, a partir das práticas, dos rituais e das relações estabelecidas pelos sujeitos. As casas religiosas são territórios porque são vividas, sentidas e constantemente reafirmadas por quem as ocupa. Dessa forma, o Tambor de Mina produz territorialidades que articulam o sagrado, a memória e a resistência, transformando o espaço vivido em um lugar carregado de significados.

CONTRIBUIÇÕES DA RELIGIÃO DE MINA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA ÁFRICA

Ferracini (2021) evidência, em um de seus trabalhos, como os modelos hegemônicos de desenvolvimento e as formas tradicionais de compreender o espaço acabam desconsiderando, invisibilizando e subordinando os saberes, as experiências e os modos de vida das comunidades tradicionais a uma lógica eurocentrada, voltada para uma educação de matriz europeia. Essa perspectiva, muitas vezes, deslegitima os saberes ancestrais de origem africana e indígena, revelando um processo de apagamento que atravessa as relações de poder e expõe a presença do racismo estrutural. Sobre a abordagem das questões étnico-raciais no âmbito educacional, Gomes afirma:

> No contexto histórico e político brasileiro, as diferenças étnicoraciais foram naturalizadas, desnudadas da sua riqueza e transformadas em desigualdade. Dessa forma, quando a escola, a universidade e a política educacional colocam em pauta a discursão, as práticas, os projetos e as políticas voltadas para a diversidade étnico-racial, tendo como foco o segmento negro da população, o contexto da desigualdade se põe na ordem do dia e, em consequência disso, medidas para a superação precisam ser implementadas (Gomes, 2011, p. 51).

Quando tratamos do ensino, essa reflexão aponta para a necessidade de uma educação que reconheça a diversidade de conhecimentos existentes na sociedade, valorizando os saberes locais, as memórias coletivas e as práticas culturais produzidas por esses grupos. Ao romper com a ideia de que apenas determinados tipos de conhecimento são legítimos, a educação passa a ocupar um papel central na construção de uma perspectiva crítica e antirracista, capaz de enfrentar hierarquias históricas e epistemológicas que sustentam a desigualdade racial.

O Tambor de Mina se constitui a partir de práticas culturais de origem africana, cuja historicidade foi, por muito tempo, deslegitimada pelos modelos eurocêntricos de ensino. Ao reconhecer a religião de Mina como parte de um território onde se preservam a linguagem africana, a cosmologia, os valores comunitários e as próprias formas de compreender o mundo, o ensino de Geografia da África passa a romper com a lógica que marginaliza esses saberes e invisibiliza as heranças africanas presentes no estado do Maranhão. Sobre as abordagens etnico raciais.

A partir de 2003, com a implementação da Lei 10.639, tornou-se obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). A lei representa um importante avanço no enfrentamento do racismo, ao exigir que os currículos escolares passem a contemplar a história da África, a cultura negra e a contribuição do povo negro para a formação da sociedade brasileira (Gomes, 2013). Com isso, as questões étnico-raciais deixam de ser responsabilidade apenas das disciplinas de História e Artes, passando a integrar todas as áreas do conhecimento, inclusive a Geografia, fortalecendo o papel da educação na promoção da igualdade racial.

Atualmente, o Tambor de Mina, que teve sua origem no estado do Maranhão, ainda não possui sua historicidade devidamente trabalhada nas escolas da região. Mesmo sendo um dos principais marcos da identidade negra local, essa religião é pouco discutida no ambiente escolar, o que revela a permanência de uma educação tradicional e eurocêntrica, apesar da existência da lei que torna obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira, um dos maiores pontos para se compreender o espaço e o território africanos são os mapas, que para

Anjos (2017):

> Os mapas, por sua vez, são representações gráficas do mundo real, se firmam como ferramentas eficazes de interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço, e justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. (Anjos, 2017. p.2)

Através dessa perspectiva, Ferracini (2021) contribui de forma direta para o ensino de Geografia da África ao propor uma leitura do Brasil como um território profundamente atravessado por conexões africanas, mostrando que a formação do espaço brasileiro não pode ser compreendida sem considerar essas relações históricas, culturais e territoriais. Ao trazer essas conexões para a sala de aula, o ensino de Geografia rompe com a lógica eurocêntrica tradicional e passa a reconhecer a África como produtora de saberes, territórios e culturas que estruturam o espaço brasileiro, o que dialoga diretamente com o Tambor de Mina como expressão viva dessa herança afro-diaspórica no Maranhão.

Nesse contexto, a religião também funciona como um passaporte para compreender a rota marítima do tráfico escravocrata a partir do século XVI, quando os povos africanos eram distribuídos por regiões como Salvador, Bahia e São Luís no Maranhão, trazendo características culturais próprias para cada local e contribuindo para a construção da identidade negra dessas capitais. Além disso, a linguagem, se mais explorada em sala de aula, permitiria compreender o significado de muitas palavras utilizadas no cotidiano, cujas origens africanas muitas vezes passam despercebidas. Da mesma forma, a arte produzida por esses povos é extremamente rica, indo desde as vestimentas tradicionais até construções e obras que remetem às divindades de seus panteões, abrindo inúmeras possibilidades para o ensino e para a valorização da cultura afro-maranhense.

CONCLUSÃO

A partir das análises desenvolvidas ao longo deste trabalho, foi possível compreender que o Tambor de Mina não se configura apenas como uma prática religiosa, mas como uma expressão territorial, cultural e política da presença africana no Maranhão e no Brasil. Suas casas constituem verdadeiros territórios simbólicos, onde se preservam saberes ancestrais, memórias coletivas, valores comunitários e formas próprias de relação com o sagrado, produzindo espacialidades afro-diaspóricas marcadas pela resistência, pelo pertencimento e pela identidade.

Ao dialogar com os fundamentos da geografia cultural e com os debates sobre território,

territorialidade e educação, o estudo evidenciou que o ensino de Geografia da África pode ser profundamente enriquecido quando incorpora essas experiências vivas, rompendo com abordagens eurocêntricas e reconhecendo a África como produtora de saberes, culturas e territórios que estruturam o espaço brasileiro. Nesse sentido, o Tambor de Mina oferece uma materialidade concreta para o ensino, permitindo que a África deixe de ser apresentada apenas como um espaço distante e abstrato, passando a ser compreendida como parte constitutiva da formação histórica, social e cultural do Brasil.

Contudo é preciso reconhecer o Tambor de Mina como patrimônio cultural e como fonte de conhecimento geográfico, significa valorizar as heranças culturais africanas, os saberes tradicionais fortalecer as identidades negras e assim iremos promover novas formas de ensinar e aprender geografia, comprometida com a justiça social, diversidade e espaços com territórios menos racistas e mais igualitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANJO, Flávio. **Território, cultura e identidade**: reflexões sobre espaço, poder e resistência. 2002

BOSI, Ecléa**. Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DOS ANJOS, R. S. A. A geografia do Brasil africano, o Congo e a Bélgica: uma aproximação. Revista Eletrônica: **Tempo–Técnica–Território**, v. 1, n. 3, 2017.

FERRETTI, M. **Mina, uma religião de origem africana**. 1. ed. São Luis: Sioge, 1985. 64 p. v. 1.

FERRETI, Sergio. Querebetã de Zomadônu: Etnografia da casa das Mina. 2. ed. rev. **São Luis: EDUFMA**, 1996. 329 p. v. 1.

GIL FILHO, Silvio Fausto. **Por uma Geografia da Religião**. Departamento de Geografia, [*s. l.*], 14 nov. 2012.

GOMES, L.N. (2011). Diversidade Étnico-Racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE**, 01, 109- 121.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19–45, 2007.

HOOKS, bell. **Yearning:** race, gender, and cultural politics. Boston: South End Press, 1990.

HOOKS, bell. **Teaching to transgress:** education as the practice of freedom. New York: Routledge, 1994.

IMIRANTE. **Terreiro de umbanda é alvo de invasão e vandalismo em Tutóia. Imirante**, 29 abr. 2025. Disponível em: https://www.imirante.com/noticias/tutoia/2025/04/29/terreiro-

de-umbanda-e-alvo-de-invasao-e-vandalismo-em-tutoia. Acesso em: 21 de dezembro de 2025.

LIMA, Helena Mendes da Silva; OLIVEIRA, Mara Cristina da Silva. **E**nsino de Geografia da África e estudos étnico-raciais. **JNT – Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 35, p. 101–110, 2022. ISSN 2526-4281

FERRACINI, Rosemberg. Possibilidades didáticas antirracistas: o ensino de Geografia regional da África e educação para relações étnico-raciais. Kwanissa: **Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, São Luís, v. 4, n. 8, p. 261-279, 2021.

FERRACINE, Rosembergue; DA SILVA, Matheus Henrique Pereira. **Alfabetização cartográfica**: exercitando o ensino de Geografia da África.Rev. Tamoios , São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 2, págs. 185-201, jul-dez. 2022

ROSENDAHL, Z. **Espaço e Religião:** Uma abordagem Geográfica. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC**,** 1996.

SACK, Robert David. **Human territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, Simone Rezende. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. / Roni Mayer Lomba... [et. al.] (organizadores) – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. Pags. 13- 39.

SILVA, Luiz Eduardo Lopes; BRANDÃO, Thiago Brandão Lopes. Maranhão**:** o ataque racista à Casa Fanti Ashanti não é caso isolado. **Observatório da Segurança**, Maranhão, 27 maio de 2022. Disponível em: https://observatorioseguranca.com.br/maranhao-o-ataque-racista-a-casa-fanti-ashanti-nao-e-caso-isolado/. Acesso em: 21 de dezembro de 2025.

VERGER, P. Uma rainha africana: Mãe de Santo. Textos, **Revista USP**, 1990.